



PANORAMA NACIONAL

MONITORAMENTO DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DE GRUPOS E COMUNIDADES



INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 trouxe para o Brasil uma gravíssima crise sanitária, econômica, política e social, com brutal piora nas condições de vida, sobretudo das populações mais pobres e vulnerabilizadas do país. Preocupadas com o impacto da pandemia para a segurança, saúde e dignidade da população de comunidades, periferias e grupos vulnerabilizados, dezenas de entidades, coletivos, movimentos sociais e organizações populares formaram uma **Articulação Nacional de Redes e Entidades da Sociedade Civil pelo combate ao Covid-19 nas Periferias e Grupos Vulnerabilizados**. O Documento Político Unificado da Articulação está disponível aqui.

A Articulação vem **monitorando a atuação e ausências do poder público no contexto da Pandemia a partir das vivências e realidades dos grupos e comunidades vulnerabilizados**, com o objetivo de disputar narrativas e dar visibilidade a omissões e violações de direitos, e para incidir por políticas públicas e ações imediatas e estratégicas na perspectiva do direito à cidade e justiça social. O presente documento apresenta os resultados parciais desse monitoramento.

O estudo ouviu lideranças e representantes de **195 comunidades e grupos, em 30 cidades¹ e 15 estados do Brasil**, entre 28 de maio até 3 de julho de 2020. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e questionários. As perguntas foram direcionadas para os seguintes públicos temas prioritários.

PÚBLICO-ALVO

- A) Residentes em comunidades, favelas, assentamentos precários
- B) População em situação de rua
- C) Catadoras e catadores de resíduos sólidos

TEMAS PRIORITÁRIOS

1. Apoio Humanitário / Financeiro
2. Acesso à Informação
3. Acesso a Serviços Básicos
4. Condições de Moradia / Abrigamento
5. Condições de Mobilidade
6. Acesso a Serviços de Saúde e Assistência Social
7. Militarização dos territórios
8. Gênero e violência doméstica

¹ Manaus, AM; Belém, Ananindeua e Marituba, PA; Porto Velho, RO; Macapá, AP; Palmas, TO; Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Igarassu, PE; Natal, RN; João Pessoa e Campina Grande, PB; Fortaleza, CE; Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP; Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, e Serra, ES; Goiânia, GO; Curitiba, Londrina, Abatiá, Santa Amélia e Ibiporã, PR; Porto Alegre e São Leopoldo, RS.



COMUNIDADES



AJUDA HUMANITÁRIA/FINANCEIRA

- **A fome e a falta de renda** estão dentre os problemas mais alarmantes apontados pelas pessoas residentes em comunidades, favelas e assentamentos precários ouvidas neste monitoramento;
- A ajuda humanitária ou financeira dada pelas prefeituras e governos estaduais está **aquém das necessidades** das famílias;
- O apoio dado para alunos de escolas públicas, seja por meio de cesta básica ou cartão alimentação, é **insuficiente diante das demandas das famílias**;
- **A falta de transparência** nos critérios para distribuição dos benefícios em várias cidades e estados indicam o **possível uso político-eleitoral dessas ações**, o que se torna ainda mais alarmante visto que este é um ano eleitoral;
- Cabe destacar que a distribuição de cestas básicas ou cartão alimentação, na maioria dos casos, abrange famílias já cadastradas na assistência social, **não se constituindo em uma ajuda abrangente** para os moradores de territórios populares;
- Apesar dos vários problemas em relação ao valor e acesso ao programa, o **Auxílio Emergencial** repassado via Caixa Econômica Federal parece ter sido a ação com maior abrangência nas comunidades que participaram do monitoramento.
- **Quase 60%** dos entrevistados informaram que a maioria das pessoas de suas comunidades recebeu o auxílio emergencial. Contudo, as dificuldades apontadas se referem à **falta de celular ou internet**, dificuldades com o aplicativo ou site, **falta de esclarecimento** da população e de **apoio** do poder público.

CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

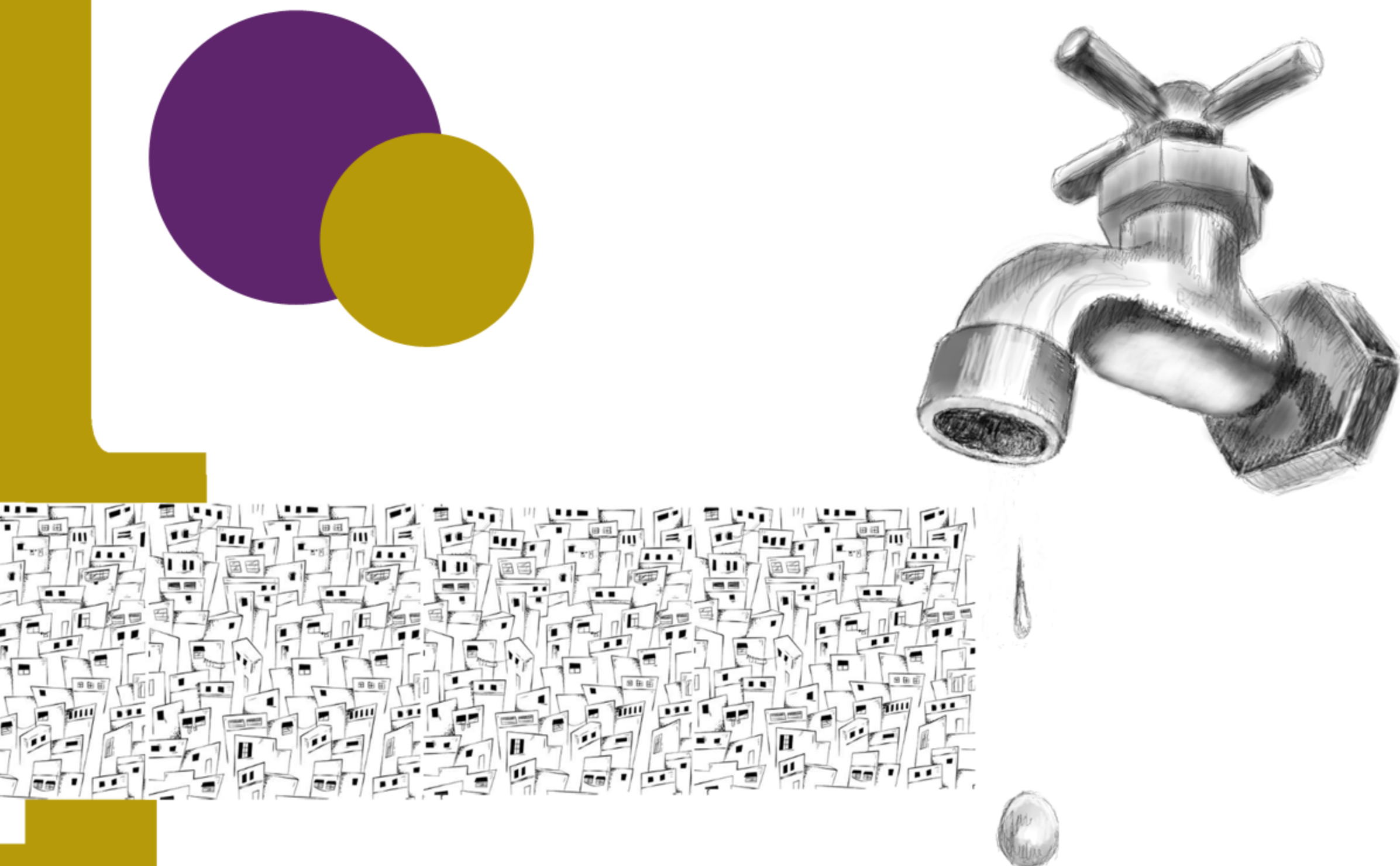
- Campanhas de conscientização não têm sido suficientes para garantir a adesão das pessoas ao isolamento social, quando tantas **pessoas precisam sair de casa para sustentar suas famílias**, e quando **decisões contraditórias do poder público** e seus representantes confundem as pessoas;
- O conteúdo das campanhas de conscientização promovidas por prefeituras e governos do estado foram mal avaliados por não apresentar orientações específicas para a realidade das comunidades e sim mensagens genéricas para toda a população; e por informar apenas sobre o isolamento social e não sobre o que fazer em caso de contágio ou agravamento da doença;
- Campanhas veiculadas por carro de som, por exemplo, foram mal avaliadas por passar longe das pessoas; pelo fato das pessoas não entenderem o que está sendo dito; além disso, essas ações se deram mais no começo da pandemia e foram interrompidas;
- O amplo uso da televisão como um dos principais meios de comunicação também foi criticado e questionado quanto ao possível uso político dos recursos públicos para campanhas;
- As poucas campanhas bem avaliadas foram as ações de orientação diretas, como as visitas dos agentes de saúde de casa em casa ou as orientações recebidas nos CRAS e escolas;

“ Eu tive que botar internet aqui em casa porque as aulas das crianças estão online agora, né? Eu só não sei como vou pagar a conta no final do mês, já sei que eles vão cortar. (Porto Velho). ”



ACESSO A INTERNET

- Em **43% das áreas investigadas**, o acesso à internet é um privilégio de poucos; nessas áreas, o principal desafio apontado pelos entrevistados foi a **dificuldade financeira para contratar serviço de internet, ou para comprar telefone ou computadores**;
- Os serviços de internet são caros para essas famílias, o sinal é instável, insuficiente ou mesmo inexistente em determinadas localidades; alguns pacotes de dados permitem acesso a redes sociais e aplicativos de mensagem (Facebook e WhatsApp), mas não permitem navegar em outras páginas;
- Várias famílias não têm telefone ou computadores; por vezes famílias inteiras dividem o mesmo aparelho; várias pessoas ainda têm dificuldades para usar os aparelhos e sistemas, principalmente entre idosos e analfabetos;

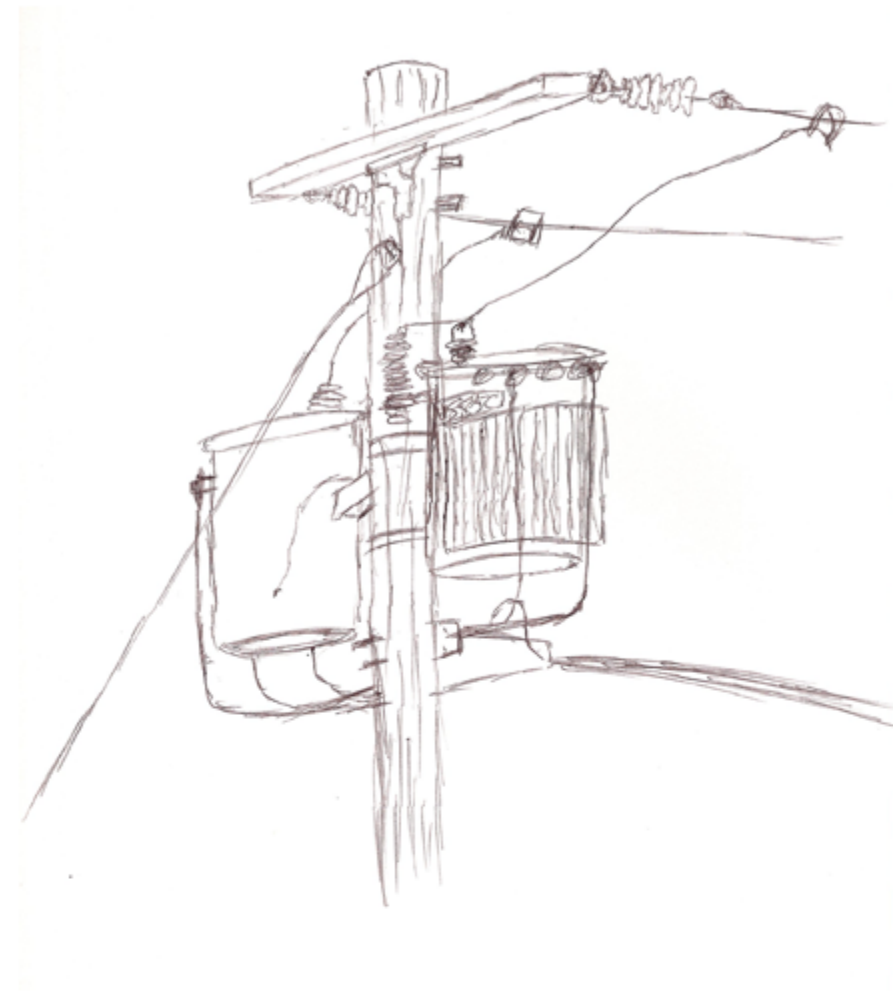


ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- **Mais de 23%** das áreas investigadas apresentam **abastecimento de água intermitente**, dificultando medidas de higiene e limpeza; em diversos casos, a situação real do abastecimento é diferente do que é anunciado pelas concessionárias;
- **Em cerca de 92%** das áreas entrevistadas a situação do abastecimento de água **está igual ou pior que antes da pandemia**, o que significa que não houve reforço ou alternativas para reverter as dificuldades.
- **Não foram identificados relatos significativos de corte e/ou suspensão de abastecimento de água**, o que sugere que as medidas para proibir suspensão de cortes surtiram efeito. Contudo, não se sabe até quando vão valer essas medidas.
- **Demandas por água potável e saneamento antecedem a pandemia** e persistem, tornando a situação das famílias ainda mais dura. A falta ou escassez de água dificulta medidas de proteção contra a Covid como lavar as mãos e alimentos; e o armazenamento incorreto de água está relacionado a riscos de proliferação de outras doenças como dengue, zika e chikungunya.
- Esse debate ganha ainda mais relevância com a aprovação do **novo marco regulatório de saneamento** no Brasil, considerando as previsões de que a universalização do saneamento estará ainda mais distante de acontecer.

ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS



ENERGIA ELÉTRICA

- Os relatos de corte ou suspensão de fornecimento de energia elétrica não foram significativos, o que sugere que as medidas para proibir suspensão de cortes surtiram efeito. **Porém, esta medida já não está mais valendo em diversas cidades.**

COLETA DE LIXO

- Neste tema, foram identificadas demandas que antecedem a pandemia e persistem, tornando a situação das famílias **ainda mais dura**;
- **Não existe coleta em diversas localidades ou o ponto de coleta é muito distante**, levando as pessoas a acumular e despejar lixo de forma inadequada em pontos específicos da comunidade; esse acúmulo e despejo inadequado geram diversos problemas de insalubridade e representam um risco concreto de contaminação;
- Nas áreas onde existe coleta, a **baixa frequência** da coleta tem sido um problema, assim como problemas nos equipamentos, como quando os caminhões quebrados espalham chorume pelas ruas das comunidades;
- Avaliação geral é que a situação está igual ou pior que antes da pandemia.



MORADIA E ABRIGAMENTO



REMOÇÕES E DESPEJOS

- Foram identificadas pelo menos 12 ameaças de despejo nas áreas investigadas; relacionadas a obras de infraestrutura e processos de reintegração de posse que antecedem a pandemia;
- Essas situações revelam que o poder judiciário deu andamento em processos de reintegração de posse, apesar das orientações nacionais e internacionais de evitar despejos durante a pandemia;
- Além disso, o poder executivo continuou as obras públicas, apesar das orientações de isolamento social, inclusive as que envolviam remoção e despejo de famílias do seu local de moradia;

A **Campanha Despejo Zero** está fazendo um levantamento detalhado sobre as ameaças e remoções durante a pandemia. Mais informações em **@campanhadespejozero** ou facebook.com/campanhadespejozero



MORADIA E ABRIGAMENTO

AUXÍLIO MORADIA OU AUXÍLIO ALUGUEL

- Em **80% das comunidades** investigadas, **não foram identificados auxílio aluguel ou auxílio moradia para famílias** vulnerabilizadas no contexto da pandemia, com exceção das famílias removidas por obras públicas.



APOIO PARA REFORMAS E MELHORIAS DAS RESIDÊNCIAS

- Não foi identificado **nenhum apoio do poder público para reformas e melhorias das residências** para melhorar as condições de isolamento social e acesso à água.

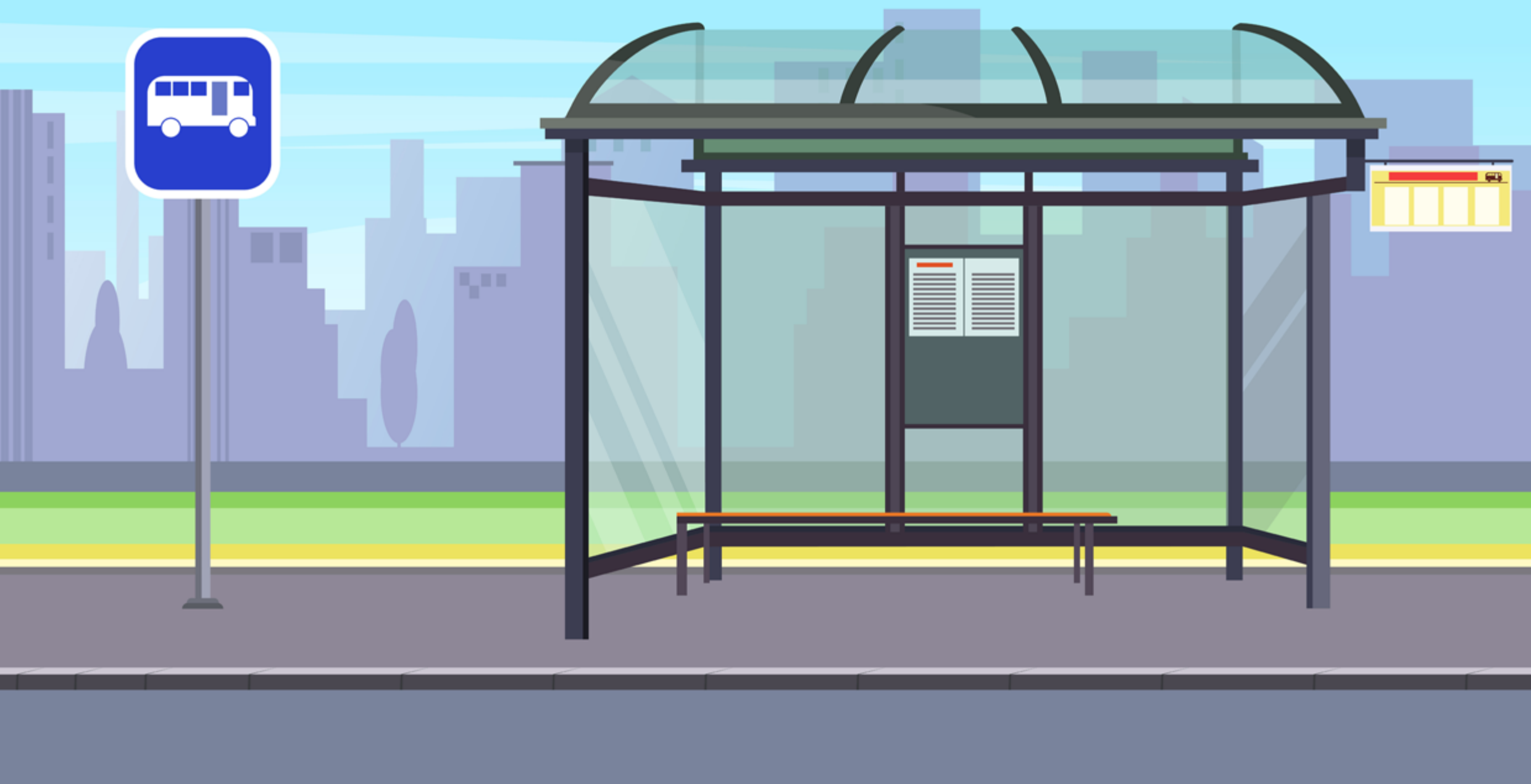
ABRIGO E HOSPEDAGEM

- Apenas **5% das pessoas entrevistadas disseram ter conhecimento sobre alternativas de abrigo no contexto da pandemia**. Tratavam-se de ações pontuais por parte do poder público direcionado para abrigo de pessoas em situação de rua, e não para pessoas das comunidades que apresentassem sintomas;
- Enquanto isso, foram identificados diversos casos de pessoas contaminadas ou com sintomas de Covid-19 impossibilitadas de fazer o isolamento, em função do adensamento excessivo e condições precárias da moradia, resultando em contaminação de todas as pessoas da família;

LIMPEZA E DESCONTAMINAÇÃO

- As ações de poder público para limpeza e descontaminação dos espaços público apontadas se resumiram aos centros das cidades (Sudeste e Sul) e a áreas de maior visibilidade ou mais visitadas (Norte e Nordeste); ocasionalmente, moradores viabilizaram ações de limpeza com recursos próprios;





MOBILIDADE E TRANSPORTE

- O transporte público esteve lotado em mais de 57% das cidades investigadas, mesmo em momentos de isolamento mais rígido devido à redução de frota e manutenção de serviços essenciais, aumentando consideravelmente os riscos de contaminação entre os passageiros (trabalhadores de mais baixa-renda);
- Os principais problemas mencionados pelos entrevistados incluem a redução da frota, longas esperas entre veículos, insalubridade e suspensão do serviço em algumas localidades;
- A percepção de limpeza dos veículos variou bastante entre as regiões;
- Poucas ações de distribuição de máscara para passageiros foram identificadas.
- Desde a aplicação do questionário, várias cidades investigadas relaxaram medidas de isolamento social e estimularam a reabertura dos comércios e serviços, o que significa uma pressão ainda maior nos sistemas de transporte público e o aumento dos riscos de contaminação.

ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADES DE SAÚDE

- As unidades de saúde continuaram atendendo à população em 89% das localidades investigadas;
- As críticas dos entrevistados estavam centradas na falta de falta de infraestrutura, no atendimento irregular, na falta de médicos, entre outras questões;
- No Amazonas e no Pará, foram descritas situações de unidades que fecharam durante a Pandemia. Em Pernambuco, em diversas localidades as UPAs passaram a atender apenas os casos de Covid-19.

TESTAGEM PARA COVID-19

- **Somente em 2,4% das comunidades** investigadas a maioria das pessoas foi testada; e **em 64% das comunidades investigadas, ninguém teve acesso a testes para Covid-19**, o que reforça o receio quanto à subnotificação de casos, já que em muitas cidades a letalidade por covid é maior nas periferias

AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS

- O trabalho dos agentes de saúde e endemias foi suspenso em mais da metade das áreas investigadas (55%), dentre as localidades onde esse serviço foi mantido, somente 22,5% das vezes o trabalho dos agente incluiu prevenção contra a Covid-19.

CRAS

- Em 24% das comunidades entrevistadas, unidades do CRAS fecharam durante a pandemia, como no Amazonas, Pará, Tocantins;
- Nas unidades que seguiram funcionando as críticas foram relacionadas à qualidade do serviço.

MILITARIZAÇÃO E AÇÃO POLICIAL

- As operações policiais continuaram em mais da metade das áreas investigadas;
- As avaliações sobre a ausência ou presença de forças policiais nos territórios foram muito variadas. Por um lado, a ausência da polícia foi criticada por estar associada ao aumento da violência e criminalidade de uma forma geral, e a presença foi elogiada quando ajuda a evitar aglomerações e garantir medidas de isolamento.
- Por outro lado, ficou claro que a ação da polícia nas comunidades investigadas geralmente tem sido violenta, truculenta e com efeitos perversos:



“A polícia entra de forma sempre duvidosa na nossa comunidade e faz as ações de sempre que já sabemos, “mão na cabeça”, surras, humilhações... Eles são racistas e preconceituosos.” (Recife)

“Esse tipo de ação nunca é para ajudar, e sim para perseguir e oprimir a população. Teve até morte aqui na área por atuação da polícia recentemente” (São Paulo)



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

- Em 83% das áreas investigadas, nenhuma campanha de conscientização pautou o tema da violência doméstica nas comunidades no contexto da pandemia;
- A percepção dos entrevistados é de aumento dos casos, apesar da subnotificação;
- Aumentaram também as dificuldades para reportar e buscar ajuda, em função do confinamento com o agressor, falta de recursos para denunciar (falta de dinheiro para deslocamento ou falta de acesso à telefone e internet), desconhecimento dos canais de assistência à mulher, redução dos serviços nos fins de semana e atendimento restrito aos casos graves, denúncias virtuais sem resposta ou sem efeito de proteção.





POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



Este estudo escutou representações de entidades que trabalham com população em situação de rua em Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, Vitória, Cariacica e Serra no Espírito Santo, São Paulo, Curitiba, Londrina, Iporã no Paraná.

ALIMENTAÇÃO

Nacionalmente, existe uma disponibilidade razoável de restaurantes para a população em situação de rua. No entanto, a avaliação em geral é negativa, haja visto que os equipamentos estão frequentemente fechados e o alcance e acesso ao serviço ainda é restrito. A avaliação geral é de que a situação piorou em relação ao momento antes da pandemia.

CONDIÇÕES DE ABRIGAMENTO

As condições dos abrigos são precárias tanto do ponto de vista da disponibilidade dos equipamentos como da deficiência ou insuficiência dos serviços. Outro ponto importante é a baixa disponibilidade de auxílio moradia ou auxílio aluguel em função da pandemia, inexistente na grande maioria dos casos. As entrevistas apontaram a inexistência de serviços de descontaminação e limpeza dos espaços públicos na maioria das localidades. E nos casos onde houve o serviço, foi relatado o despejo e expulsão da população em situação de rua de praças, marquises e viadutos, com violência policial e recolhimento de documentos e pertences da população.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

- Foram mencionadas algumas campanhas de conscientização, mas em geral essas ações têm um alcance restrito e desconsideram as especificidades dessa população.



ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

- Em várias localidades, existem locais que possibilitam lavagem de mãos, locais para tomar banho, e para guardar objetos pessoais, mas em quantidade insuficiente ou prestando um serviço insatisfatório. Já o acesso a banheiros públicos e lavagem de roupa é inexistente em várias localidades, ou insuficiente e insatisfatório em outras, sendo a principal crítica a baixa qualidade de tais equipamentos.

ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- As entrevistas apontaram que a população tem acesso, mesmo que restrito, a serviços de saúde e assistência social. No entanto, as principais críticas foram relacionadas ao despreparo dos profissionais para atuar diante das especificidades da população, equipe reduzida, além da dificuldade de cadastro como a exigência de documentos e endereço). Além disso, mais de 77% dos entrevistados apontaram que a população em situação de rua não tem tido acesso à testes do Covid.

VIOLÊNCIAS

- Em relação à violência, as impressões dos entrevistados foram de aumento da violência policial e contra a **mulher**





CATADORAS E CATADORES



O estudo escutou representações de 18 grupos e comunidades de catadoras e catadores em Manaus, Porto Velho, Fortaleza, Curitiba e Porto Alegre.

De modo geral, as comunidades caracterizam-se pela precariedade das moradias, territórios com infraestrutura inadequada e população com baixa escolaridade. Com a pandemia, questões estruturais já existentes tornaram a realidade ainda mais dura. O trabalho ficou escasso devido à paralisação das atividades e consequente diminuição dos materiais para a reciclagem, em especial nos bairros mais centrais. Apesar do aumento de resíduos originados nas residências, os grupos relataram a diminuição do trabalho e da renda. O fechamento de comércio e shoppings levou catadores a buscar materiais nas ruas. Soma-se neste cenário o fato de que parte dos catadores e catadoras que coletam individualmente para completar a renda, levam o material para casa e com isso geram riscos para a família devido à inadequação destes espaços para acolher e armazenar o material coletado. Comunidades de Porto Alegre e da Região Metropolitana de Curitiba relatam situações de contaminação decorrente do contato com material reciclável no início da pandemia.

CATADORAS E CATADORES

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

As ações do poder público na distribuição de alimentação não têm alcançado 61% das famílias destas populações, segundo os entrevistados. Dentre as famílias que acessaram o benefício, a avaliação é entre ruim ou péssima, em razão da periodicidade das entregas, critérios na seleção das famílias, abrangência das ações, quantidade e variedade dos itens e ausência de itens de higiene e limpeza.

AJUDA FINANCEIRA

Foram identificadas ações pontuais dos governos locais de ajuda financeira à catadores em cidades como Curitiba e Manaus. Contudo, as críticas incluem o valor do benefício, a exclusão de profissionais independentes / autônomos, e a incerteza quanto à continuidade do benefício. Em relação ao Auxílio Emergencial do governo federal, 49% dos entrevistados responderam que as famílias de catadores não tiveram acesso ao benefício.

CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

Representações de 83% das localidades que concentram catadores afirmaram desconhecer campanhas de conscientização e combate à Covid-19 promovidas pelo poder público. As avaliações negativas foram justificadas pela ausência do poder público nos territórios, pelo amplo uso da televisão como meio de comunicação principal, para um contexto territorial no qual muitos não acessam este meio por questões econômicas, e até mesmo questões religiosas (algumas igrejas escondem a pandemia para manter as pessoas frequentando como citado em Porto Alegre).

ACESSO A INTERNET

Na totalidade das comunidades que concentram catadores, poucas pessoas acessam a internet. Os principais desafios, apontados pelas comunidades, para acessar a internet são de ordem econômica, visto que as famílias não possuem recursos financeiros para acessar a rede e os equipamentos necessários. Além disso, existem problemas de infraestrutura visto que nestes territórios, via de regra, não chegam as redes e o sinal fica prejudicado. Em 20% das comunidades a questão do analfabetismo e da dificuldade de lidar com as novas tecnologias pelas populações mais idosas, foram mencionadas.

CATADORAS E CATADORES

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Existem problemas relacionados ao abastecimento de água em 44% das comunidades que concentram catadores. Estes problemas estão relacionados com a irregularidade das redes, com a pressão da água que é fraca, com a falta de acesso às redes de abastecimento e com a ausência de reservatórios. Na avaliação dos entrevistados, a situação piorou com a pandemia, em razão do aumento da demanda domiciliar, racionamento promovido pelas concessionárias. Em locais frios como Porto Alegre e Curitiba, a falta de pressão nas redes inviabiliza banho quente e faz com que muitas famílias tenham que tomar banho frio em temperaturas perto de 5°C.

ENERGIA ELÉTRICA

foram identificados problemas relacionados ao fornecimento de energia elétrica em 56% dos casos investigados, principalmente relacionados à forma de acesso, irregularidades do serviço e aumento na demanda domiciliar, aumentando o risco de incêndios.

COLETA DE LIXO

Existem problemas relacionados à coleta de lixo em 39% das comunidades que concentram catadores. Estes problemas estão relacionados com a falta da coleta na comunidade ou da distância que algumas precisam percorrer para chegar até um ponto de coleta, a periodicidade das coletas, que passaram a ocorrer em intervalos maiores, além da interrupção do serviço de “bota-fora” dos itens não absorvidos pelos galpões, que aumentou a quantidade de resíduo nos espaços públicos.

AMEAÇA DE REMOÇÃO

Foram identificados problemas de ameaça de remoção em 44% das comunidades que concentram catadores. Essas ameaças estão relacionadas com ações de reintegração de posse que já estavam tramitando ou por remoções previstas decorrentes de obras públicas (Porto Alegre).

CONDIÇÕES DE MORADIA

Não foram identificadas ações do poder público relacionadas a auxílio moradia, apoio para reforma para melhoria das condições de isolamento, e nem alternativas de abrigo ou hospedagem que permitissem isolamento social.



ESPAÇOS PÚBLICOS

Não foram identificadas ações de limpeza e descontaminação dos espaços públicos ou áreas de convivência nas comunidades por parte dos entes públicos.

GALPÕES

O estudo levantou questões específicas relacionadas aos galpões. Com a diminuição da renda, os grupos têm tido dificuldade de pagar as contas de luz e água. Em outros casos, grandes dívidas de água e luz antecedem o período de uso dos galpões pelas associações e impedem a ligação formal via concessionárias, exigindo alternativas geralmente precárias. Essas são questões anteriores à pandemia, que vêm se agravando.

Em Porto Alegre, as famílias relataram que o município tem interditado galpões cujo prazo do Termo de Cooperação tenha expirado. Contudo, as exigências para as renovações são muitas e incompatíveis com a realidade dos cooperados.

Em Manaus, entrevistados apontaram a incerteza em relação à continuidade do trabalho após a pandemia, considerando a mudança de gestão municipal que se aproxima, e tendo em vista a instabilidade de formato de contratação das associações, em dissonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As impressões dos entrevistados em relação ao transporte público, acesso a serviços de saúde e assistência social, violência policial e violência doméstica se assemelha às impressões das demais comunidades.

ACESSE AQUI A LISTA DE COMUNIDADES E GRUPOS ENTREVISTADOS NESSE MONITORAMENTO





Coordenaram o monitoramento as seguintes redes e entidades:



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Direito e Tecnologia



Contribuíram para a sistematização nacional:

Allyson Barbosa
Carina Serra
Demóstenes Moraes
Julia Magnoni
Karla Moroso
Orlando Júnior
Raquel Ludermir
Socorro Leite



Agradecemos imensamente a todas as pessoas envolvidas na coleta e sistematização dos dados em cada estado.

Adauto Cardoso
Ádima Monteiro
Allyson Barbosa
Amíria Bezerra Brasil
Bárbara Martins
Carina Serra
Carol Maziviero
Cecília Paiva
Clara Luiza Miranda
Cristiano Muller
Danielle Hatani
Demóstenes Moraes
Érica Milena C. G. Leôncio
Felipe Cavalcanti
Gilnei da Silva
Jéssica Lôro
Jobson Lima
Jordana Cabral
Júlia Lordêlo Travessa
Juliana Avanci
Juliana De Boni Fernandes
Juliano Ximenes
Karla Moroso
Katarinne Alves
Kelly Vasco
Lara Paula
Letícia Tabachi Silva
Luciana Ximenes

Luísa Fernandes
Marcela Monteiro
Márcio Alan Menezes
Margareth Uemura
Maria Liberal
Maria Dulce Picanco B. S.
Martha Campos
Meg Raquel Ferreira
Natália Brito e Souza
Orlando Júnior
Paulo Guarnieri
Raíssa Melo
Raquel Ludermir
Renan Castro
Renato Pequeno
Rodrigo Silva
Ruth Maria da Costa Ataíde
Sarah Benício
Sarah de Andrade e Andrade
Saulo M. de O. L. Cavalcante
Simone Polli
Socorro Leite
Thaís Oliveira
Thais Rezende Arthur
Valéria Pinheiro
Vanda Assis
Vinícius Lamego



APOIO



